



Leia nesta  
edição:

## Página 2

Diretor da DS/BH  
defende a Previdência  
Social Pública em  
debate na Rede Minas

## Página 3

Audidores-Fiscais  
preparam-se para o  
Conaf 2010

## Página 4

MP 507/2010 preocupa  
Audidores-Fiscais

## Páginas 4 e 5

Assembleia Nacional  
rejeita integralmente  
MP 507 e aprova  
manifesto de repúdio  
à medida

## Página 7

Tema de seminário em  
BH se transforma em  
projeto do Sindifisco  
Nacional

Homenagem da  
DS/BH ao  
Auditor-Fiscal Hermann  
Silva de Almeida

## Página 8

Comemorações do  
Dia do Servidor Público  
na DS/BH

## Informações e realizações da DS/BH



**Convite**

## Festa de Natal da DS/BH

A tradicional Festa de Natal da DS/BH será no dia 16 de dezembro, quinta-feira, na Associação Médica de Minas Gerais, av. João Pinheiro, 161, Centro, Belo Horizonte. As informações complementares serão divulgadas brevemente.

A edição de outubro do Jornal da DS/BH apresenta um resumo dos principais temas e fatos que vêm mobilizando os Auditores-Fiscais.

No dia 5, a categoria recebeu com preocupação e indignação a Medida Provisória nº 507/2010, posteriormente regulamentada por portarias, com a promessa de rigorosa punição ao servidor da Receita Federal do Brasil (RFB) que acessar dados sigilosos do contribuinte de maneira imotivada, sem contudo definir claramente o que seja **acesso imotivado**. As penas previstas são demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria. Em resposta às denúncias de violações e divulgações de informações de contribuintes protegidas por sigilo fiscal, por servidores da Receita Federal do Brasil,

que proporcionaram grande exposição do órgão à mídia durante a campanha eleitoral de 2010, o governo editou essa malfadada medida que gerou total insegurança aos Auditores-Fiscais no desempenho de suas atribuições. Assim, os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Nacional Extraordinária rejeitaram integralmente a MP 507 e aprovaram o dia 4 de novembro de 2010 como o Dia Nacional de Protesto contra a MP 507.

A Previdência Social Pública voltou a ser destaque na mídia devido à reforma em curso na França. Apesar dos protestos e indiferente aos apelos das ruas, dentro do Palácio de Luxemburgo em Paris, o Senado aprovou por 177 votos a favor e 151 contra, em segundo turno, o aumento da idade mínima de aposentadoria. No Brasil, a propalada necessidade de mudanças na Previdência também ganhou destaque, com afirmações de que o governo de Dilma Rousseff (PT) terá que discutir mudanças no sistema previdenciário

brasileiro. A opinião é compartilhada por especialistas do governo e parlamentares. O diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social da DS/BH e vice-presidente do Sindifisco Nacional, Sérgio Aurélio Vellozo Diniz, participou do programa Brasil das Gerais, na Rede Minas de Televisão, no dia 26 de outubro, quando afirmou que a nossa Seguridade Social é superavitária e que, qualquer reforma no sistema previdenciário brasileiro deverá ser amplamente discutida com a sociedade, uma vez que reformas encaminhadas sem efetiva participação da sociedade apenas retiram direitos dos trabalhadores.

No período de 7 a 13 de novembro, realizou-se o primeiro Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Conaf), após a unificação das entidades sindicais. O Conaf 2010 teve como tema o "O Auditor-Fiscal como agente de desenvolvimento nacional". A DS/BH enviou a esse Conaf 26 delegados e seis observadores.

A DS/BH incentiva o Projeto Pesquisar, disponível no site [www.sindifiscoconacional.org.br](http://www.sindifiscoconacional.org.br), que busca conhecer a opinião dos Auditores-Fiscais acerca de diversos temas relacionados à classe. O projeto inclui uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos servidores na Receita Federal do Brasil.

Nesta edição, apresentamos também as comemorações do Dia do Servidor Público na DS/BH, a mensagem da Diretoria Executiva da DS/BH parabenizando seus filiados e a entrega das placas de identificação de mesa confeccionadas com o apoio da entidade, que integram o conjunto de ações desenvolvidas pelo Sindifisco Nacional pela valorização do cargo de Auditor-Fiscal.

Com a publicação do Jornal da DS/BH esperamos aproximar cada vez os filiados das atividades do sindicato, para que juntos possamos escrever uma história de lutas, conquistas e vitórias, para os Auditores-Fiscais e para a Receita Federal do Brasil.

**Boa leitura!**

## Diretor da DS/BH defende a Previdência Social Pública em debate na Rede Minas

O diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social da DS/BH e vice-presidente do Sindifisco Nacional, Sérgio Aurélio Vellozo Diniz, participou no dia 26 de outubro de debate ao vivo no Programa Brasil das Gerais, exibido pela Rede Minas de Televisão, que tem como apresentadora a jornalista Roberta Zampetti. No programa os convidados discutiram o aumento da idade mínima do contribuinte para concessão de aposentadoria, defendido em recente estudo do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea). Sérgio Aurélio explicou o funcionamento do sistema de Seguridade Social no país e falou sobre a necessidade de realização de um amplo debate com a sociedade sobre a Previdência Social Pública. O diretor desmistificou a existência do suposto déficit da Previdência Social, definindo-a como o principal fator de distribuição de renda da população brasileira.

Sobre o aumento da idade mínima para concessão de aposentadorias, Sérgio Aurélio posicionou-se con-

tra possíveis aumentos, defendendo a realização de efetivas discussões com a sociedade. Ele explicou que para análise e cálculo da idade mínima de aposentadoria do trabalhador, não podem ser considerados apenas os dados do IBGE sobre a expectativa de vida, mas deve-se verificar, inclusive, a região do país onde o trabalhador reside e as atividades profissionais exercidas.

No encerramento do Programa Brasil das Gerais, Sérgio Aurélio destacou o superávit da Seguridade Social

e reafirmou o compromisso do Sindifisco Nacional de lutar em defesa da Previdência Social Pública. Também participaram do programa o assessor de Comunicação da Federação dos Aposentados e Pensionistas (FAP), Alencar Andrade, o professor de Direito Previdenciário do Uni-BH, Marcelo Barroso, com posicionamentos favoráveis à expansão dos direitos dos trabalhadores, e o professor de Ciências Atuariais da Puc-Minas, Guilherme Dabul, que defendeu o aumento da idade mínima para concessão de aposentadorias.

JORNAL  
**DS/BH**  
Impresso Especial  
SINDIFISCO NACIONAL  
CONFEITO

INFORMATIVO DA DELEGACIA  
SINDICAL DE BELO HORIZONTE  
DO SINDIFISCO NACIONAL

**Presidente:** Adelaide de Macêdo Matos; **Vice-presidente:** João da Silva dos Santos; **Secretário-geral:** Luiz Henrique Behrens; **França;** **Diretor Finanças:**

**Walter de Almeida Ramos;** **Diretor Administração:** Geraldo Mendes Linhares; **Diretor Assuntos Jurídicos:** Ana Maria dos Reis; **Diretor Defesa Profissional:** Maria Angélica Bernardes; **Diretor Comunicação Social:** Lucia Helena Nahas; **Diretor Aposentadoria e Pensões:** Marilena Fonseca Fermantino; **Diretor Assuntos Parlamentares:** Fortunato José de Carvalho; **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Sérgio Aurélio Vellozo Diniz; **Suplentes:** Solange Guimarães G. Araújo, Carlos Alberto Trematore e

Olga Carvalho Hott.  
**Conselho Fiscal:**  
**Efetivos:** Rosa Maria Bicalho, Délson Roberto Braga de Sousa e Jesu Oliveira Magalhães.  
**Suplentes:** Edson Ribeiro e José Márcio Mesquita Carvalhaes

**End:** ● Rua da Bahia, 1.033, 11º andar, Centro, Belo Horizonte/MG  
**CEP:** 30160-011

**Telefones:** (31) 3226-7721  
3213-9696

**Site:** [www.dsbn.org.br](http://www.dsbn.org.br)  
**E-mail:** [dsbn@dsbn.org.br](mailto:dsbn@dsbn.org.br)

**Jornalista responsável:** Robéria Fernandes - JP13.016-MG  
**Fotos:** DS/BH.  
**Revisão:** Paulo Vicente de Azevedo.

**Programação visual:**  
Sygno Design Gráfico.

**Editora Guimarães**  
**Tiragem:** 2000.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição da diretoria da DS/BH.



# Audidores-Fiscais filiados à DS/BH preparam-se para o Conaf 2010

O Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Conaf), órgão deliberativo do Sindifisco Nacional, é composto pelo presidente da DEN, presidentes das Delegacias Sindicais, delegados de base eleitos entre os filiados efetivos e observadores (apenas com direito a voz). Realizado a cada dois anos, o Conaf é um dos eventos mais importantes para os Auditores-Fiscais. A edição de 2010, que tem como tema central **“O Auditor-Fiscal como agente de desenvolvimento nacional”**, é a primeira após a unificação das entidades sindicais e ocorrerá entre os dias 7 e 13 de novembro, no Hotel Costão do Santinho, em Florianópolis-SC. A comissão organizadora do Conaf 2010 recebeu a inscrição de 63 teses e 291 propostas de alteração do estatuto do Sindifisco Nacional.

## DS/BH elege 26 delegados e seis observadores para o Conaf 2010

Em Belo Horizonte, Contagem e Sete Lagoas houve participação ativa da categoria na Assembleia Nacional do dia 27 de agosto, que elegeu 26 delegados e seis observadores para representar a DS/BH nesse evento. A lista com os nomes dos delegados e observadores eleitos se encontra disponível no site da DS/BH. Os Auditores-Fiscais também demonstraram sua



*Audidores-Fiscais participam da eleição de delegados e observadores*

participação e envolvimento nas discussões de interesse da classe ao apresentar teses e propostas de alteração estatutária.

## DS/BH apresenta tese e propostas de alteração estatutária ao Conaf 2010



*Filiados da DS/BH apresentam teses para o Conaf 2010*

A DS/BH foi responsável pela apresentação da tese **“Criação de um fundo para aposentados e pensionistas”**, de autoria das Auditoras-Fiscais, Marilena Fonseca Fernandino, Rojane Chaves Padilha da Costa e Sandra Maria Ricaldoni Lima, e a consequente **alteração estatutária**

**aditiva ao artigo 90.** Também foram apresentadas outras duas propostas de alteração: a **proposta modificativa e aditiva do artigo 153**, de autoria da Auditora-Fiscal Ana Maria dos Reis e a **proposta modificativa 65**, de autoria do Auditor-Fiscal José Márcio Mesquita Carvalhais.

## Delegados e observadores da DS/BH apreciam teses e propostas



*Reunião na sede da DS/BH*

Os delegados e observadores se prepararam para ampla participação nos debates e discussões do Conaf. Duas reuniões preparatórias para o congresso foram realizadas na sede da DS/BH para apreciação das teses e pro-

postas a serem votadas. Conforme artigo 18 do estatuto, para serem encaminhadas ao Conaf, as teses e propostas deveriam ser discutidas e aprovadas em Assembleia Geral por pelo menos 10% das Delegacias Sindicais.

## Assembleia Geral na DS/BH aprova teses e propostas do Conaf

Após ampla discussão nas reuniões preparatórias, os Auditores-Fiscais reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação de 63 teses e 286 propostas de alteração estatutária. Entre o material aprovado, estão incluídas a tese e as propostas de alteração apresentadas pelos filiados da DS/BH.

Segundo o vice-presidente da DS/BH e diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco Nacional, João Santos, o Conaf deste ano, além de contar com um maior número de participantes, também terá uma quantidade maior de aprovação dos assuntos examinados, sejam teses temáticas ou modificações estatutárias. O diretor afirmou que tal aumento no número de participantes



*Assembleia na DRF/BH*

se deve à fusão das entidades sindicais, e também ao alto interesse da classe em discutir e aprovar matérias que vão nortear os Auditores-Fiscais nos próximos dois anos. “As matérias aprovadas servem de parâmetro para as ações a serem executadas pelo sindicato ao longo do tempo”, afirmou.

As propostas de alterações estatutárias aprovadas no Conaf serão remetidas à Assembleia Nacional. Sendo aprovadas, terão vigência a partir da posse da Diretoria Executiva Nacional a ser eleita no ano seguinte.

# Edição da Medida Provisória nº 507/2010 preocupa Auditores-Fiscais

A Medida Provisória (MP) nº 507/2010, de 5 de outubro de 2010, que institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal, tem causado grande preocupação aos Auditores-Fiscais quanto à segurança no desempenho de suas funções.

De acordo com o artigo 1º, o servidor público que permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento, empréstimo de senha ou qualquer outra forma, acesso de pessoas não autorizadas a informações protegidas por sigilo fiscal, de que trata o art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, será punido com pena de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria. Tal punição também será aplicada ao servidor público que se utilizar indevidamente do acesso restrito às informações protegidas por sigilo fiscal, conforme artigo 2º.

Já no artigo 3º, o servidor público que acessar sem motivo justificado as informações protegidas por sigilo fiscal será punido com pena de suspensão de até cento e oitenta dias, desde que não configurada a utilização indevida de que trata o artigo 2º da medida. O acesso a informações protegidas por sigilo fiscal será disciplinado pelo órgão responsável pela guarda da informação sigilosa. O acesso sem motivo justificado acarretará a penalidade de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria se houver impressão, cópia ou qualquer forma de extração dos dados protegidos e em caso de reincidência.

Segundo análise do diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social da DS/BH e vice-presidente do Sindifisco Nacional, Sérgio Aurélio Velozo Diniz, a MP 507 traz consigo uma grande burocratização, que causará um “estrangulamento” e impedirá o Auditor-Fiscal de desempenhar com qualidade e agilidade a sua função de fiscalizar. Para o diretor, a consulta aos dados dos contribu-

tes, motivado ou não, faz parte da atividade diária do Auditor-Fiscal e deve ser executada com segurança pelo servidor. Sérgio Aurélio disse ainda que a Diretoria do Sindifisco Nacional elaborou uma análise mais detalhada sobre a medida, disponível no site [www.sindifisconacional.org.br](http://www.sindifisconacional.org.br).

A presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos, entende que o momento atual demonstra a necessidade de intensificar a luta pela tão almejada e merecida valorização da carreira de auditoria-fiscal. A categoria deve permanecer mobilizada e em unidade, preparada para lutar contra o enfraquecimento da segurança na fiscalização e contra a perda da autoridade funcional dos Auditores-Fiscais, reafirmando-os como autoridade de Estado, responsáveis pela arrecadação de tributos e promotores do desenvolvimento social.

Em regulamentação à MP 507, no dia 11 de outubro o secretário da RFB editou a Portaria RFB 1.860/2010. A Diretoria Executiva da DS/BH entende que a portaria editada não resolve os problemas existentes na MP 507, não define claramente

o real conceito de acesso imotivado, mantém o clima de insegurança funcional instalado na Receita Federal do Brasil e favorece os sonegadores em detrimento dos agentes do órgão.

## Novas portarias regulamentam MP 507/2010

No dia 5 de novembro, a Receita Federal do Brasil editou a Portaria RFB 2.166/2010, que disciplina o acesso a informações protegidas por sigilo fiscal e o uso de instrumento público para conferir poderes para a prática de atos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma da Medida Provisória nº 507/2010, de 5 de outubro de 2010. Essa portaria revoga a Portaria RFB 1.860/2010 de 11 de outubro. Três dias após, a RFB editou a Portaria RFB 2.201/2010, de 8 de novembro, que dá nova redação ao artigo 2º e revoga o artigo 6º da Portaria RFB nº 2.166/2010.

## Auditores-Fiscais rejeitam integralmente a Medida Provisória nº 507/2010

A Assembleia Nacional Extraordinária realizada no dia 4 de novembro rejeitou integralmente a Medida Provisória nº 507/2010, considerando que a medida causa insegurança ao desempenho da função dos Auditores-Fiscais. A classe aprovou também a entrada dos Auditores-Fiscais em estado de mobilização e de assembleia permanente contra a MP 507. Ainda nessa

assembleia ficou deliberado que o Sindifisco Nacional está autorizado a utilizar



Assembleia Nacional na DRF/BH

recursos do fundo de mobilização na luta contra a MP.

A presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos, lembrou os Auditores-Fiscais sobre a importância da categoria se mobilizar contra a MP 507 e participar das atividades do **Dia Nacional de Protesto**, não acessando os sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil neste dia, reivindicando mais segurança no trabalho diário do Auditor-Fiscal.

O diretor de Defesa

da Justiça Fiscal e da Seguridade Social da DS/BH e 2º vice-presidente do Sindifisco Nacional, Sérgio Aurélio Velozo Diniz, ao analisar a conjuntura política atual, ressaltou que as consequências da MP 507 são preocupantes e que a categoria deverá se manter mobilizada e preparada para os embates que poderão surgir. Ele acredita que essa medida veio para ficar e esclareceu que o acesso a informações sigilosas de contribuintes não pode ser confundido com vazamento de dados.

# Assembleia Nacional na DS/BH aprova manifesto de repúdio à MP 507

“Manifestamos nosso absoluto repúdio a essa odiosa MP, bem como à excrescência normativa denominada acesso imotivado, que já deveria ter sido extinta há muito tempo e certamente foi gestada por cérebros imbuídos do propósito de enfraquecer a autoridade de que se reveste o cargo de Auditor-Fiscal, em detrimento de uma fiscalização e arrecadação eficientes e de nossas relevantes atribuições.” Com essas palavras extraídas do manifesto de repúdio aprovado na Assembleia Nacional Extraordinária da DS/BH, realizada nos dias 21 e 22 de outubro, os Auditores-Fiscais expressaram sua indignação com a edição da Medida Provisória (MP) 507/2010 e com a Portaria 1.860. A MP 507 pune com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de disponibilidade e

aposentadoria, o servidor que acessar sem motivo justificado informações protegidas por sigilo fiscal.

Os Auditores-Fiscais re-

de Protesto à Medida Provisória nº 507”, marcado para 4 de novembro. A categoria encaminhou sugestões de medidas para garantir a



Assembleia na DRF/Contagem

jeitaram os dispositivos da medida que fragilizam o trabalho e o desempenho das atribuições dos Auditores-Fiscais e aprovaram a realização do “Dia Nacional

segurança funcional dos Auditores-Fiscais e combater dispositivos que fragilizam o trabalho dos Auditores-Fiscais.

A classe autorizou o Sin-

difisco Nacional a ingressar com Ações de Execução referentes à PSS (contribuição previdenciária dos servidores públicos federais) sobre o um terço de férias e sobre demais verbas indenizatórias. Também ficou autorizado o ingresso do Sindifisco Nacional em ações judiciais visando à não incidência do Imposto de Renda sobre o abono constitucional de um terço de Férias, bem como sobre os juros recebidos em precatórios ou RPV (Requisição de Pequeno Valor) e a constituição de um fundo destinado a custear futuras ações judiciais e processos de execução, coletivas ou plúrimas, promovidas pelo Sindicato em favor dos filiados.

O resultado completo da votação das assembleias na DS/BH encontra-se disponível no site da entidade ([www.dsbh.org.br](http://www.dsbh.org.br)).

## Manifesto de repúdio à Medida Provisória 507/2010

Os Auditores-Fiscais vinculados à Delegacia Sindical de Belo Horizonte, reunidos em Assembleia Geral nos dias 21 e 22 de outubro de 2010, resolvem aprovar o presente manifesto contra a maldadada MP 507.

Essa norma, injusta e inconstitucional, se convertida em lei, será um atentado ao Estado e uma verdadeira espada de Dâmocles sobre a cabeça dos Auditores-Fiscais. É inconcebível que o cognominado acesso imotivado, uma tese vergonhosa e, há muito em vigor na RFB, absolutamente atentatória ao poder-dever constitucional, legal e legítimo do Auditor-Fiscal, venha agora a ser erigida em lei.

Não nos conformaremos com mais essa indevida ingerência em

nossas atribuições, com mais esse ataque ao nosso cargo, com mais esse atentado contra as autoridades de Estado incumbidas das nobres funções de prover recursos para esse mesmo Estado, de combater os ilícitos aduaneiros, a lavagem de dinheiro e a sonegação e de fiscalizar os tributos constitucionalmente previstos.

Sob a desculpa de ter sido editada por causa do momento político-eleitoral, a MP, em verdade, é um tiro no pé do Estado. Sob a precária justificativa de evitar vazamento de dados sigilosos de contribuintes, a norma editada em sua essência é na verdade um instrumento para o engessamento, burocratização e insegurança no trabalho do Auditor-Fiscal. Ao obstar as consultas visando ao cruzamento de dados e valores

declarados por diversos contribuintes, a MP cumpre o nefasto papel de amedrontar e inibir a missão do Auditor-Fiscal, impedindo-o de agir em nome do Estado e de trabalhar em prol da Sociedade.

Como se falar em sigilo fiscal para o Auditor-Fiscal? Se não como informações para o exercício das suas atribuições, para que serviriam as declarações prestadas pelos contribuintes? Opor sigilo fiscal para o Auditor-Fiscal seria o mesmo que proibir o médico de fazer anamnese ou o padre de receber a confissão.

Vazamento de dados sigilosos é crime, como tal deve ser tratado e não pode ser confundido com o acesso aos dados fiscais dos contribuintes pelos Auditores-Fiscais. Esse é o nosso instrumento de trabalho, são essas infor-

mações que serão usadas para o exercício de nossas atribuições. Tolher essa prerrogativa, esse poder-dever, é tolher o Estado, é menoscabar nossa função, é conceder salvo-conduto ao sonegador.

Manifestamos nosso absoluto repúdio a essa odiosa MP, bem como a essa excrescência normativa denominada acesso imotivado, que já deveria ter sido extinta há muito tempo e certamente foi gestada por cérebros imbuídos do propósito de enfraquecer a autoridade de que se reveste o cargo de Auditor-Fiscal, em detrimento de uma fiscalização e arrecadação eficientes e de nossas relevantes atribuições.

**Delegacia Sindical de  
Belo Horizonte**

## Processo dos 28,86% - 1998.34.00.029973-4

Os Auditores-Fiscais filiados à ex-Fenafisp que em 1998 residiam em Alagoas, Amazonas, Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima e Sergipe devem verificar com atenção se seus nomes se encontram na listagem dos contemplados da ação. Aqueles Auditores-Fiscais que preencherem os requisitos citados e não encontrarem o nome na listagem de contemplados no processo, poderão efetuar a inclusão de seu nome on line (na própria listagem) disponível no site do Sindifisco Nacional ([www.sindifisconacional.org.br](http://www.sindifisconacional.org.br)). Os Auditores-Fiscais que em 1998 não se encontravam lotados nos referidos Estados não poderão preencher o formulário, sob pena de caracterizar má-fé.



## PSS sobre um terço de férias

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Sindifisco Nacional publicou nos boletins 259 e 276 a relação fornecida pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) dos nomes de filiados contemplados no processo Mandado de Segurança 1999.37.00.039091-7 da ex-Fenafisp, relativo à devolução do Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS) sobre um terço de férias, descontado indevidamente no período de 1999 a 2006. A relação encontra-se disponível para consulta na área restrita do site da DS/BH [www.dsbh.org.br](http://www.dsbh.org.br). A Diretoria de Assuntos Jurídicos da DS/BH encaminhou correspondência aos filiados do ex-Sindifisp/MG no dia 5 de novembro com esclarecimentos sobre o processo.

## Administração começa a pagar diferença do “fosso do fosso”

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Sindifisco Nacional divulgou no boletim informativo nº 272 de 20 de outubro de 2010, que já foram iniciados os pagamentos dos recursos dos Auditores-Fiscais incluídos no “fosso do fosso”. De acordo com informações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Receita Federal do Brasil (RFB), os valores referentes a 2010 já estão sendo pagos. No entanto, alguns Auditores-Fiscais po-

dem não receber em função de atrasos pontuais de algumas unidades pagadoras. Nesse caso específico, o pagamento será realizado na folha de pagamento do mês de novembro deste ano. Ainda segundo a Cogep, os valores referentes aos anos anteriores deverão ser processados como exercícios anteriores e o procedimento será realizado em conformidade com a condição de cada unidade pagadora.

## Fosso Salarial - Sindicato entra com embargos declaratórios no TRF-1

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Sindifisco Nacional informa que no dia 11 de outubro, o sindicato, por meio do escritório Azevedo Sete, deu entrada nos embargos declaratórios junto ao TRF-1 (Tribunal Regional Federal - 1ª Região) com o objetivo de estender a toda a categoria o direito a reposição prevista no art. 12 da Lei 10.682/03. Vale lembrar que, no início do mês, foi publicado o acórdão

do julgamento da apelação em que o referido tribunal reconhece o fosso salarial, constituindo o direito dos Auditores-Fiscais prejudicados com a publicação da Medida Provisória 1.915/99. A finalidade dos embargos é esclarecer se a decisão é válida para todos os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, independentemente da listagem constante nos autos, em razão da legitimação extraordinária.

## Escritório de advogados contratados pelo Sindifisco Nacional em Belo Horizonte

Veja a lista de advogados criminalistas contratados pelo Sindifisco Nacional, através da Assistência Jurídica Individual (AJI), para prestar assessoria aos filiados da região metropolitana de Belo Horizonte e das cidades de Montes Claros, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Rodrigo Dornas de Oliveira [rodrigo@oda.adv.br](mailto:rodrigo@oda.adv.br) e Laércio Paulo de Oliveira (e-mail: [laercio@oda.adv.br](mailto:laercio@oda.adv.br)), cel: 31 - 8782-9885. O escritório está localizado na rua Ouro Preto, 240, conj. 204, Barro Preto, Belo Horizonte - MG, telefone (31) - 2526-1123 e CEP: 30.170.040.

## Recadastramento de aposentados e pensionistas

A atualização cadastral dos aposentados e pensionistas vinculados ao Ministério da Fazenda está sendo efetivada de forma gradativa conforme o mês de aniversário. O Ministério da Fazenda está enviando ao endereço dessas pessoas uma carta com detalhes sobre o recadastramento, bem como o prazo determinado para as atualizações. Para efetuar o recadastramento os

aposentados e pensionistas deverão apresentar originais e cópias de CPF, Carteira de Identidade, comprovante de residência, extrato bancário, talão ou folha de cheque, além da carta recebida. O recadastramento deverá ser feito na unidade da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda (GRA/MF) mais próxima da residência do aposentado ou pensionista.

## STJ considera desconto do IR sobre abono de permanência procedente

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em resposta à provocação da União, julgou sob a forma dos recursos repetitivos que versam sobre a matéria, que é devido o recolhimento do Imposto de Renda sobre o abono de permanência. A decisão foi fundamentada no entendimento dos ministros de que não há fundamentação legal que considere o abono de permanência como rendimento isento. O posicionamento do STJ reforma a decisão anterior proferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região que concedeu mandado de segurança à ex-Fenafisp, que pedia isenção de IR sobre o abono. Em 2009, a União recorreu da decisão, mas o TRF da 1ª Região negou o recurso por

não verificar a grave lesão à ordem pública argumentada pela União. Diante disso, a União provocou o STJ que proferiu decisão desfavorável à ação da ex-Fenafisp. A medida foi publicada em 17 de setembro. O escritório Alino e Roberto Advogados, que representa a ação, interpôs agravo regimental, mas ainda não há previsão de julgamento deste novo instrumento jurídico. Em função desses desdobramentos da ação judicial, é possível que os Auditores-Fiscais filiados à ex-Fenafisp e que fazem parte dessa ação sofram o retorno do desconto já no próximo contracheque. Matéria completa no boletim 273 de 21/10/2010 Sindifisco Nacional.

**Atualize-se!**  
**Acesse o site da DS/BH**  
**[www.dsbh.org.br](http://www.dsbh.org.br)**

# Tema de seminário ocorrido em BH se transforma em projeto do Sindifisco Nacional

O seminário "Condições de Trabalho e Financiamento da Previdência Social", realizado em Belo Horizonte, no dia 10 de agosto, deu início às discussões sobre as condições de trabalho dos Auditores-Fiscais na Receita Federal do Brasil (RFB), com o objetivo de elaborar um retrato da situação à qual Auditores-Fiscais estão submetidos em todo o país.

No seminário a presidente da DS/BH, Adelaide de Macêdo Matos, informou que o evento seria apenas o início das discussões sobre as condições de trabalho e destacou a importância de discutir o assunto no âmbito da RFB, visando à valorização do órgão e da função do Auditor-Fiscal. Adelaide Matos comunicou que a DS/BH promoverá atividades voltadas à mobilização da categoria, como o encaminhamento de manifestos à RFB e a formação de comissões para avaliar e discutir as reais condições de trabalho e propor a inclusão de novos itens na pauta de reivindicação dos Auditores-Fiscais.

A presidente ainda sugeriu ao Sindifisco Nacional a criação de um fórum de discussão, nacional, funcionando como um canal de reflexão e troca de ideias entre os Auditores-Fiscais. "As discussões, debates e propostas que nascerem neste seminário certamente vão multiplicar as reflexões sobre as condições de tra-

balho nos setores, seções, grupos e equipes. Conhecendo a realidade, poderemos lutar por melhorias para os Auditores-Fiscais e o fórum será um espaço para construção do debate legítimo e democrático, com posicionamentos e reivindicações advindas da base", concluiu.

**Projeto Pesquisar** – A Diretoria do Sindifisco Nacional anunciou, durante o seminário, a realização de uma pesquisa com a categoria sobre as condições de trabalho, denominada "Projeto Pesquisar". Esse projeto foi

desenvolvido pela Diretoria de Defesa Profissional com os objetivos de conhecer as reais condições e dificuldades dos Auditores-Fiscais no exercício da atividade e diagnosticar as situações enfrentadas por eles nas diferentes unidades da RFB, estendendo os debates iniciados em BH a todas as regiões brasileiras. Entre os itens da pesquisa estão os aspectos físicos das unidades, situações de pressão psicológica, assédio moral, subversão hierárquica, desvio de função e demais quesitos que dizem respeito ao trabalho desempenhado

pelos Auditores-Fiscais.

A pesquisa sobre condições de trabalho dos servidores da RFB encontra-se disponível para os filiados no site do Sindifisco Nacional ([www.sindifisco.org.br](http://www.sindifisco.org.br)). Para responder ao questionário, os Auditores-Fiscais deverão clicar no banner Projeto Pesquisar, localizado no canto superior direito do site da DS/BH e do Sindifisco Nacional e digitar o código de acesso: auditorvalorizado (tudo junto e em letras minúsculas). Após preencher o formulário, clique em enviar. Participe da pesquisa!

## INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: TRÊS PALAVRAS QUE TERMINAM, LITERALMENTE, EM AÇÃO

Visando ampliar e democratizar ainda mais o relacionamento com você, Auditor-Fiscal, a DEN vem desenvolvendo o projeto PESQUISAR, através do qual buscar saber a sua posição acerca de diversos temas de interesse da Classe.

Nessa pesquisa, a DEN tem como objetivo saber mais sobre as condições e dificuldade dos Auditores no exercício da atividade, de modo a aumentar a integração entre a Categoria e o Diretoria e a melhorar o trabalho desenvolvido pela atual administração.

Para participar dessa pesquisa, acesse o site <http://pesquisar.sindifisconacional.org.br>, utilizando o código de acesso AuditorValorizado para responder ao questionário e enviar suas respostas.

Um sindicato forte e unido depende fundamentalmente da participação de todos os seus integrantes. Sua opinião é muito importante para a DEN continuar trabalhando cada vez mais e melhor por você.



PROJETO  
PESQUISAR

SINDIFISCO NACIONAL  
SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS  
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DEN  
Serviço Especializado Taxas

## Homenagem da DS/BH ao Auditor-Fiscal Hermann Silva de Almeida

Com imenso pesar no dia 1º de outubro a DS/BH comunicou o falecimento do Auditor-Fiscal, Hermann Silva de Almeida. Amigo, companheiro, atuante e atencioso, Hermann Silva de Almeida, tinha 53 anos, deixou esposa, dois filhos e um importante legado.

Era filho do Auditor-Fis-

cal aposentado, Hermann de Almeida, e trabalhava na DRF/Contagem. Oriundo da Secretaria da Receita Previdenciária, Hermann ajudou a escrever uma história de lutas, conquistas e vitórias na diretoria do Sindifisp-MG. Foi diretor de Relações Intersindicais no período de 2003 a 2005 e secretário

geral na gestão 2007/2009. Atualmente era representante da seção sindical da DS/BH em Contagem.

Os sinceros cumprimentos, votos de pesar e eternas saudades da Diretoria da DS/BH e funcionários aos familiares e amigos do Auditor-Fiscal, Hermann Silva de Almeida.



# Dia do Servidor Público

A Diretoria Executiva da Delegacia Sindical de Belo Horizonte parabeniza os servidores públicos neste dia de reconhecimento de sua importante função para a sociedade e para o país. Homenageamos esses servidores que são os principais responsáveis pela manutenção e organização dos serviços prestados pelo poder público, em níveis municipal, estadual e federal.

O Dia do Servidor Público

foi comemorado na DS/BH nos dias 21 e 22 de outubro, após a realização da Assembleia Nacional. Na ocasião, também foram entregues as placas de identificação dos Auditores Fiscais, confeccionadas com o apoio da DS/BH, que integram o conjunto de ações desenvolvidas pelo Sindifisco Nacional pela valorização do cargo de Auditor-Fiscal.

Parabéns, Servidor Público! Parabéns, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil!

